

Prova Escrita Objetiva e de Redação – Nível Superior

ANALISTA TÉCNICO - SERVIÇO SOCIAL**Tipo 1 – BRANCA****SUA PROVA**

Além deste caderno de prova, contendo setenta questões objetivas e o tema de redação, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha de respostas das questões objetivas
- uma folha de texto definitivo destinada à resposta da redação

**TEMPO**

- **4 horas e 30 minutos** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva e a resposta da redação para a folha de texto definitivo
- **2 horas e 30 minutos** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de prova
- **30 minutos** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**

**NÃO SERÁ PERMITIDO**

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala

**INFORMAÇÕES GERAIS**

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s)
- Marque na folha de respostas o campo relativo à confirmação do tipo/cor de prova, conforme o caderno recebido
- O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de prova
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na Lista de Presença
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas
- Boa sorte!

Língua Portuguesa

TEXTO 1 – CHINA

Estou há pouco mais de dois anos morando na China, leitor, e devo dizer que a minha admiração pelos chineses só tem feito crescer. É um país que tem coesão e rumo, como notou o meu colega de coluna neste jornal Cristovam Buarque, que passou recentemente por aqui.

Coesão e rumo. Exatamente o que falta ao nosso querido país. E mais o seguinte: uma noção completamente diferente do tempo. Trata-se de uma civilização milenar, com mentalidade correspondente. Os temas são sempre tratados com uma noção de estratégia e visão de longo prazo. E paciência. A paciência que, como disse Franz Kafka, é uma segunda coragem.

Nada de curto praxismo, do imediatismo típico do Ocidente, que têm sido tão destrutivos e desagregadores.

Esse traço do chinês é até muito conhecido no resto do mundo. Há uma famosa observação do primeiro-ministro Chou En-Lai, muito citada, que traduz essa noção singular do tempo. Em certa ocasião, no início dos anos 1970, um jornalista estrangeiro lançou a pergunta: “Qual é afinal, primeiro-ministro, a sua avaliação da Revolução Francesa?” Chou En-Lai respondeu: “É cedo para dizer”.

Recentemente, li aqui na China que essa célebre resposta foi um simples mal-entendido. Com os percalços da interpretação, Chou En-Lai entendeu, na verdade, que a pergunta se referia à revolta estudantil francesa de 1968! Pronto. Criou-se a lenda.

Pena que tenha sido um mal-entendido. Seja como for, é indubitável que para os chineses o tempo tem outra dimensão. Para uma civilização de quatro mil anos ou mais, uma década tem sabor de 15 minutos. (*O Globo*, 15/9/2017)

1

O texto 1 pode ser incluído no gênero textual do depoimento pessoal; tomando por base o primeiro parágrafo desse texto, NÃO se inclui entre suas características:

- (A) a presença marcante da 1ª pessoa do singular;
- (B) a busca da interação com os leitores do jornal;
- (C) a importância dada à opinião pessoal do enunciador;
- (D) a preferência por temas de sensibilidade;
- (E) a preocupação com a certeza dos dados veiculados.

2

“Estou há pouco mais de dois anos morando na China, leitor, e devo dizer que a minha admiração pelos chineses só tem feito crescer”(texto 1).

O emprego da forma verbal “tem feito” é perfeitamente adequada ao contexto, já que esse tempo verbal expressa ações:

- (A) completamente passadas;
- (B) que se repetiram no passado;
- (C) que se iniciaram no presente;
- (D) iniciadas no passado que continuam no presente;
- (E) iniciadas no presente e de duração indeterminada.

3

“Estou há pouco mais de dois anos morando na China, leitor, e devo dizer que a minha admiração pelos chineses só tem feito crescer. É um país que tem coesão e rumo, como notou o meu colega de coluna neste jornal Cristovam Buarque, que passou recentemente por aqui”.

O segundo período desse primeiro parágrafo do texto 1, em relação ao anterior, funciona como:

- (A) acréscimo a uma informação já dada;
- (B) explicação de uma afirmativa anterior;
- (C) exemplificação de um fato digno de admiração;
- (D) justificativa para o tempo de residência na China;
- (E) inclusão de uma opinião diversa.

4

“Estou há pouco mais de dois anos morando na China, leitor, e devo dizer que a minha admiração pelos chineses só tem feito crescer. É um país que tem coesão e rumo, como notou o meu colega de coluna neste jornal Cristovam Buarque, que passou recentemente por aqui”.

A função textual da inclusão de Cristovam Buarque no texto 1 é a de:

- (A) dar importância ao tema escolhido para a crônica;
- (B) dar autoridade e credibilidade às observações do autor;
- (C) demonstrar o valor de sua coluna no jornal;
- (D) criticar indiretamente os gastos do Poder Legislativo;
- (E) indicar que o tema já foi tratado pelo jornal.

5

“Estou há pouco mais de dois anos morando na China, leitor, e devo dizer que a minha admiração pelos chineses só tem feito crescer. É um país que tem coesão e rumo, como notou o meu colega de coluna neste jornal Cristovam Buarque, que passou recentemente por aqui”.

Nesse primeiro parágrafo do texto 1 há termos cujo significado é esclarecido pelo contexto anterior; o termo que é esclarecido pela situação e NÃO pelo contexto é:

- (A) chineses;
- (B) país;
- (C) neste jornal;
- (D) que;
- (E) aqui.

6

O segundo parágrafo do texto 1 começa por “Coesão e rumo”, seguido de ponto. Tal pontuação tem como função:

- (A) valorizar o diagnóstico de Cristovam Buarque;
- (B) destacar diferenças entre China e Brasil;
- (C) mostrar as duas vertentes que serão analisadas a seguir;
- (D) demonstrar os pontos de reflexão explorados no texto;
- (E) indicar valores da sociedade chinesa milenar.

7

Na primeira linha do texto 1, o termo “leitor” aparece entre vírgulas pela mesma razão que elas são empregadas em:

- (A) “Há uma famosa observação do primeiro-ministro Chou En-Lai, muito citada, que traduz essa noção singular do tempo”;
- (B) “Em certa ocasião, no início dos anos 1970, um jornalista estrangeiro lançou a pergunta...”;
- (C) “Qual é afinal, primeiro-ministro, a sua avaliação da Revolução Francesa?”;
- (D) “Recentemente, li aqui na China que essa célebre resposta foi um simples mal-entendido”;
- (E) “É um país que tem coesão e rumo, como notou o meu colega de coluna neste jornal Cristovam Buarque...”.

8

“Coesão e rumo. Exatamente o que falta ao nosso querido país”. Sobre esse segmento do texto 1, é correto afirmar que:

- (A) as duas palavras iniciais representam a mesma coisa, daí que o texto expresse no singular “o que falta”;
- (B) o advérbio “exatamente” tem valor irônico, já que se trata de uma ausência negativa;
- (C) o possessivo “nosso” se justifica por abarcar o cronista e a imensa maioria de seus leitores;
- (D) o termo “querido país” se refere ao Brasil, de forma explícita, e à China, de forma implícita;
- (E) o segundo período desse segmento funciona como explicação vocabular dos termos anteriores.

9

“Coesão e rumo. Exatamente o que falta ao nosso querido país. E mais o seguinte: uma noção completamente diferente do tempo”.

O autor do texto 1 separou a “noção diferente do tempo” em relação aos termos anteriores “coesão e rumo” porque:

- (A) se refere ao item central a ser desenvolvido a seguir;
- (B) os termos anteriores pertencem a outro autor – Cristovam Buarque;
- (C) introduz um tema de valor filosófico, ao contrário dos demais;
- (D) destaca uma distinção de menor importância política;
- (E) sublinha um traço de distinção Oriente / Ocidente.

10

“Os temas são sempre tratados com uma noção de estratégia e visão de longo prazo. E paciência. A paciência que, como disse Franz Kafka, é uma segunda coragem”.

A inserção da citação de Kafka no texto 1 funciona como elemento:

- (A) esclarecedor do significado do termo “paciência”;
- (B) indicador da origem da observação do cronista sobre o valor da paciência;
- (C) contraditório em relação ao anteriormente expresso;
- (D) valorizador literário da crônica;
- (E) irônico, por referir-se à paciência como uma “segunda coragem”.

11

A palavra abaixo, retirada do texto 1, que apresenta um processo de formação distinto dos demais é:

- (A) chineses;
- (B) recentemente;
- (C) milenar;
- (D) desagregadores;
- (E) imediatismo.

12

“Estou há pouco mais de dois anos morando na China, leitor, e devo dizer que a minha admiração pelos chineses só tem feito crescer”.

Sob o ponto de vista da estruturação sintática, esse período do texto 1:

- (A) é composto exclusivamente por orações coordenadas;
- (B) é constituído por duas orações;
- (C) contém somente orações subordinadas;
- (D) apresenta coordenação e subordinação;
- (E) é formado por orações sintaticamente independentes.

13

“Nada do curto praxismo, do imediatismo...”; o termo “curto praxismo” (texto 1), é exemplo de:

- (A) neologismo;
- (B) arcaísmo;
- (C) cultismo;
- (D) coloquialismo;
- (E) regionalismo.

14

“Esse traço do chinês é até muito conhecido no resto do mundo”. O mesmo valor semântico do termo “até” se encontra na seguinte frase:

- (A) O cronista viajou até a China;
- (B) O copo ficou cheio até a borda;
- (C) Até os brasileiros gostam da China;
- (D) Li o livro até a página 234;
- (E) Até este mês tudo correu bem.

15

Há vários momentos do texto 1 em que se juntam termos de valor substantivo e valor adjetivo; o par abaixo em que NÃO ocorre mudança de significado em caso de troca de posição é:

- (A) certa ocasião;
- (B) jornalista estrangeiro;
- (C) revolta estudantil;
- (D) simples mal-entendido;
- (E) observação famosa.

16

“Pena que tenha sido um mal-entendido”; a observação do cronista no texto 1 se justifica porque:

- (A) a história narrada seria de mais valor, por ser verdadeira;
- (B) o resultado do mal-entendido tem mais valor filosófico;
- (C) o mal-entendido tira valor da narrativa;
- (D) a figura de Chou En-Lai fica manchada pela ignorância;
- (E) a narrativa deixaria de ser lenda.

17

“Para uma civilização de quatro mil anos ou mais, uma década tem sabor de 15 minutos”. Em busca de expressividade, o autor do texto 1 apela, neste caso, para um(a):

- (A) hipérbole;
- (B) metonímia;
- (C) personificação;
- (D) eufemismo;
- (E) pleonasma.

18

O substantivo “mal-entendido” forma o plural da mesma forma que:

- (A) couve-flor;
- (B) quarta-feira;
- (C) guarda-civil;
- (D) alto-falante;
- (E) pão-de-ló.

19

Observe a charge a seguir.



CHARGEONLINE.com.br - © Copyright do autor

Nessa charge a resposta da menina:

- (A) demonstra não haver entendido a fala do outro personagem;
- (B) critica a baixa qualidade do estudo de língua portuguesa;
- (C) indica pouco conhecimento de figuras de linguagem;
- (D) ironiza a situação do Poder Legislativo no Brasil;
- (E) mostra a distância cultural entre os personagens.

20

Na fala do personagem-pai na charge há um erro de acentuação no vocábulo “quê”; a frase em que ocorre o mesmo erro ortográfico é:

- (A) Há um quê de estranho em tudo isso.
- (B) Os políticos roubam, por quê?
- (C) O quê? Não estou escutando bem...
- (D) O quê da palavra “quero” está mal grafado.
- (E) Por quê você não veio, por quê?

Legislação Aplicável ao Ministério Público do Estado da Bahia

21

A Constituição da República de 1988 é um marco na democracia do Brasil e na história do Ministério Público, que ganhou autonomia para trabalhar, independência financeira e institucional, além de abertura do campo de atuação.

De acordo com o texto constitucional, é função institucional do Ministério Público:

- (A) exercer o controle interno da atividade policial, dentro da estrutura do Poder Executivo;
- (B) exercer a representação judicial e a consultoria jurídica de entidades públicas, no âmbito do respectivo ente federativo;
- (C) promover, subsidiariamente, a ação penal pública, na forma da lei, podendo requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial;
- (D) promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e individuais disponíveis;
- (E) promover a ação de inconstitucionalidade ou representação para fins de intervenção da União e dos Estados, nos casos previstos na Constituição.

22

Com o escopo de preservar a necessária independência funcional e destemor na sua atuação profissional, os membros do Ministério Público gozam de garantias constitucionais, como a:

- (A) inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público, mediante decisão do Procurador-Geral, assegurada ampla defesa;
- (B) estabilidade, após três anos de efetivo exercício em virtude de aprovação em concurso público, mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho;
- (C) participação de bônus, que consiste no recebimento de honorários, percentagens ou custas processuais pagos pela parte sucumbente;
- (D) vitaliciedade, após dois anos de exercício, não podendo perder o cargo senão por sentença judicial transitada em julgado;
- (E) irredutibilidade de vencimentos, segundo a qual sua remuneração somente pode ser alterada por lei complementar, de iniciativa privativa do chefe do Executivo.

23

O Conselho Nacional do Ministério Público foi criado em 30 de dezembro de 2004, pela Emenda Constitucional nº 45, e tem como objetivo imprimir uma visão nacional ao MP, orientando e fiscalizando todos os ramos do MP brasileiro.

De acordo com a Constituição da República de 1988, o CNMP:

- (A) compõe-se por dez membros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha por dois terços do Congresso Nacional, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução;
- (B) tem competência para receber e conhecer das reclamações contra membros ou órgãos do Poder Judiciário, inclusive contra seus serviços auxiliares, serventias e órgãos prestadores de serviços notariais e de registro que atuem por delegação do poder público;
- (C) aprecia a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Ministério Público da União e dos Estados, podendo desconstituí-los, revê-los ou fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei;
- (D) exerce a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dos entes federativos e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas;
- (E) é órgão de consulta da Presidência da República nos assuntos relacionados com o MP e a defesa do Estado democrático, competindo-lhe sugerir alterações nas leis orgânicas do Ministério Público da União e dos Estados.

24

O inquérito civil tem por objeto apurar fato que possa autorizar a tutela dos interesses ou direitos a cargo do Ministério Público. Esgotadas todas as possibilidades de diligências, o membro do Ministério Público, caso se convença da inexistência de fundamento para a propositura de ação civil pública, promoverá, fundamentadamente, o arquivamento do inquérito civil.

Nesse contexto, de acordo com a Resolução nº 23/2007 do CNMP:

- (A) o arquivamento é promovido pelo mesmo Promotor que presidiu as investigações, e os autos do inquérito civil, juntamente com a promoção de arquivamento, deverão ser arquivados imediatamente no âmbito interno da Promotoria, salvo se houver recurso por parte de qualquer interessado;
- (B) os autos do inquérito civil, juntamente com a promoção de arquivamento, deverão ser remetidos ao órgão de revisão competente, no prazo de três dias, contado da comprovação da efetiva cientificação pessoal dos interessados;
- (C) as pessoas co-legitimadas para atuar nos direitos tutelados no inquérito civil podem apresentar recurso com as respectivas razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos do inquérito, no prazo de quinze dias da publicação da promoção de arquivamento;
- (D) a promoção de arquivamento só passa a ter eficácia após sua publicação na imprensa oficial, data em que começa a contar o prazo de dez dias para o legitimado interpor recurso ao órgão colegiado da Administração Superior do MP;
- (E) o arquivamento deve ser promovido pelo membro do MP que preside o inquérito civil, quando esgotadas as diligências pertinentes e verificar-se ausência de ato ilícito ou de justa causa, ou quando concluir ser atribuição de outro ramo do Ministério Público.

25

O Conselho Superior do Ministério Público é órgão da administração superior do Ministério Público, incumbindo-lhe velar pela observância de seus princípios institucionais. Assim, de acordo com a Lei Orgânica do Ministério Público da Bahia (Lei Complementar Estadual nº 11/96), compete ao Conselho Superior do Ministério Público:

- (A) determinar por voto de dois terços de seus integrantes a disponibilidade ou a remoção de membros do Ministério Público, por interesse público, assegurada a ampla defesa;
- (B) aprovar a proposta orçamentária anual do Ministério Público, bem como os projetos de criação, modificação e extinção de cargos e serviços auxiliares;
- (C) rever, mediante requerimento de legítimo interessado, decisão do Procurador-Geral de Justiça, nos casos de sua atribuição originária, acerca de arquivamento de inquérito policial;
- (D) editar atos de aposentadoria, exoneração e outros que importem em vacância de cargos dos serviços auxiliares e atos de disponibilidade dos servidores do Ministério Público;
- (E) dirimir conflitos de atribuições entre membros do Ministério Público, designando quem deva officiar no feito e decidir processo administrativo disciplinar, contra membro da instituição.

26

Promotoria de Justiça do interior do Estado com atribuição para investigação penal promoveu o arquivamento de um inquérito policial.

Caso não concorde com o entendimento ministerial, o Juízo Criminal competente deixará de homologar o arquivamento e, de acordo com a Lei Orgânica do Ministério Público da Bahia, deverá remeter os autos ao:

- (A) Procurador de Justiça com atribuição criminal, que designará outro membro do Ministério Público para oferecer denúncia, prosseguir nas investigações, ou insistir no arquivamento;
- (B) Conselho Superior do Ministério Público, que poderá oferecer denúncia, designar outro membro do Ministério Público para fazê-lo, ou insistir no arquivamento;
- (C) Órgão Especial do Colégio de Procuradores, que designará outro membro do Ministério Público para oferecer denúncia, prosseguir nas investigações, ou insistir no arquivamento;
- (D) Procurador-Geral de Justiça, que poderá oferecer denúncia, designar outro membro do Ministério Público para fazê-lo, ou insistir no arquivamento;
- (E) Corregedor-Geral do Ministério Público, que designará outro membro do Ministério Público para oferecer denúncia, prosseguir nas investigações, ou insistir no arquivamento.

27

A Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei nº 8.625/93) dispõe sobre normas gerais para a organização do Ministério Público dos Estados.

De acordo com o citado diploma normativo, os Centros de Apoio Operacional são órgãos:

- (A) de execução, competindo-lhes apresentar ao Procurador-Geral de Justiça, na primeira quinzena de fevereiro, relatório com dados estatísticos sobre as atividades das Procuradorias e Promotorias de Justiça, relativas ao ano anterior;
- (B) de execução, incumbindo-lhes orientar e fiscalizar as atividades funcionais e da conduta dos membros do Ministério Público, podendo, para tal, realizar correições e inspeções nas Promotorias e Procuradorias de Justiça;
- (C) auxiliares destinados a realizar cursos, seminários, congressos, simpósios, pesquisas, atividades, estudos e publicações, visando ao aprimoramento profissional e cultural dos membros da instituição, de seus auxiliares e funcionários, bem como a melhor execução de seus serviços;
- (D) auxiliares da atividade funcional do Ministério Público, competindo-lhes estabelecer intercâmbio permanente com entidades ou órgãos públicos ou privados que atuem em áreas afins, para obtenção de elementos técnicos especializados necessários ao desempenho de suas funções;
- (E) auxiliares de natureza transitória, incumbindo-lhes realizar a seleção de candidatos ao ingresso na carreira do Ministério Público e o acompanhamento dos Promotores Substitutos durante o estágio probatório.

28

A Lei Estadual nº 12.209/2011, que dispõe sobre o processo administrativo, no âmbito da Administração direta e das entidades da Administração indireta, regidas pelo regime de direito público, do Estado da Bahia, estabelece que os atos de comunicação podem ser da espécie intimação ou notificação.

Tal lei disciplina que esses atos de comunicação são realizados por edital em algumas hipóteses, como quando:

- (A) houver fundada suspeita de ocultação para frustrar o recebimento do ato de comunicação;
- (B) tratem de processo envolvendo interesse de incapaz, diante da indisponibilidade do direito tratado;
- (C) residir o destinatário da comunicação em local não atendido pela entrega domiciliar de correspondência;
- (D) forem dirigidos a agentes públicos, cadastrados no sistema digital da Administração;
- (E) for o destinatário agente público, encontrar-se na repartição e inexistir possibilidade de comunicação por meio eletrônico.

29

Maria, servidora pública civil do Estado da Bahia, no mês passado, permaneceu trabalhando na repartição pública na qual está lotada, pelo período de duas horas a mais por dia, após seu horário regular de expediente (das 18 às 20h), desempenhando tarefas para atender a situação excepcional e temporária, em razão de correição da Corregedoria realizada no início do mês em curso.

No caso em tela, de acordo com a Lei Estadual nº 6.677/1994, Maria:

- (A) não terá direito a qualquer gratificação, diante da ausência de previsão legal;
- (B) não terá direito a qualquer gratificação, eis que não chegou a trabalhar após as 22h;
- (C) terá direito ao adicional noturno, que será remunerado, em regra, com acréscimo de vinte e cinco por cento em relação à hora normal de trabalho;
- (D) terá direito ao adicional por serviço extraordinário, que será remunerado, em regra, com acréscimo de cinquenta por cento em relação à hora normal de trabalho;
- (E) terá direito ao adicional por tempo de serviço extra, que será remunerado, em regra, com acréscimo de vinte e cinco por cento em relação à hora normal de trabalho.

30

Joana, ocupante estável do cargo efetivo de Analista Técnico do Ministério Público da Bahia, acaba de adotar um bebê de cinco meses de idade.

De acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado da Bahia, Joana tem direito à licença:

- (A) maternidade, porque o princípio da isonomia impede a distinção entre filho biológico e adotivo, pelo período de noventa dias a contar da data em que a criança chegar ao novo lar;
- (B) maternidade, porque o intérprete da lei não pode distinguir filho biológico do adotivo, pelo período de trinta dias a contar da data em que transitar em julgado a sentença de adoção;
- (C) maternidade, porque, pelo princípio da igualdade, a lei não pode distinguir filho biológico do adotivo, pelo período de até cento e oitenta dias, a contar da data do nascimento da criança;
- (D) à adotante, para ajustamento do menor, pelo período de trinta dias a contar da data em que transitar em julgado a sentença de adoção;
- (E) à adotante, para ajustamento do menor, pelo período de cento e oitenta dias a contar da data em que este chegar ao novo lar.

Conhecimentos Específicos**31**

O projeto neoliberal produz mudanças no direcionamento e na execução das políticas sociais que afetam sobremaneira as expressões da questão social, as demandas e os espaços sócio-ocupacionais onde atuam os assistentes sociais.

Os processos de implementação e de gestão de programas e projetos sociais sob a ótica neoliberal tendem a imprimir à profissão um caráter:

- (A) subalternizado;
- (B) coletivo;
- (C) progressista;
- (D) crítico;
- (E) tecnicista.

32

Na atual sociedade brasileira, o enfrentamento às expressões da questão social tem se dado basicamente por meio de:

- (A) educação e mercado de trabalho;
- (B) democracia e políticas sociais inclusivas;
- (C) assistência focalizada e repressão;
- (D) distribuição de renda e pleno emprego;
- (E) filantropia social e empresarial.

33

As dimensões que devem ser consideradas na avaliação e na análise das políticas, projetos e programas sociais para a intervenção social se constituem em:

- (A) formativa, ética e teórica;
- (B) histórica, econômica e política;
- (C) pedagógica, prática e operativa;
- (D) cultural, ideológica e metodológica;
- (E) profissional, organizativa e societária.

34

Em uma instituição sociojurídica, um assistente social é solicitado pelo Juiz a emitir uma análise sobre guarda compartilhada.

O instrumento utilizado para análise pelo assistente social como sua atribuição privativa para subsidiar a decisão do Juiz é:

- (A) o depoimento sem dano;
- (B) o parecer social;
- (C) a visita domiciliar;
- (D) o laudo social;
- (E) a perícia social.

35

As Diretrizes Curriculares do Serviço Social (ABESS/CEDEPSS, 1996) compreendem o Estágio Supervisionado como eixo central da formação profissional, tendo em vista sua relevância para o aprendizado teórico-prático do trabalho profissional.

Nesse sentido, a elaboração dos Planos de Estágio deve ser realizada:

- (A) em conjunto, entre unidade de ensino e unidade campo de estágio;
- (B) pelo supervisor de campo e estagiário, informando à unidade de ensino para aprovação;
- (C) pela unidade de ensino, que capacitará os profissionais da unidade campo de estágio para executá-los;
- (D) em conjunto, entre supervisor de campo, supervisor acadêmico e estagiário;
- (E) pela unidade campo de estágio, a partir das demandas vivenciadas no cotidiano institucional.

36

Rogério está iniciando seu processo de estágio em uma empresa. Em seu primeiro dia como estagiário, é recebido pela assistente social Ângela, que estabelece encontros semanais para supervisão às 5ª feiras à tarde, uma vez que ela não pertence ao quadro da empresa, sendo contratada somente para supervisioná-lo.

Rogério, de acordo com as Diretrizes Curriculares do Serviço Social (ABESS/CEDEPSS, 1996), deve:

- (A) solicitar uma carga horária mínima de 12 horas/semana para supervisão;
- (B) exigir que no Plano de Estágio conste que a supervisão direta será complementada por leituras e estudos dirigidos, em comum acordo com a supervisão acadêmica;
- (C) denunciar Ângela por exercício ilegal da profissão de assistente social;
- (D) recusar esse tipo de supervisão, pois o estágio realiza-se sob supervisão direta de um profissional assistente social atuante na instituição onde ocorre o estágio;
- (E) complementar o processo de supervisão de campo com a supervisão acadêmica.

37

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), são *linhas de ação* da Política de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente:

I. integração operacional de órgãos do Judiciário, Ministério Público, Defensoria, Segurança Pública e Assistência Social, preferencialmente em um mesmo local, para efeito de agilização do atendimento inicial a adolescente a quem se atribua autoria de ato infracional;

II. serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social de garantia de proteção social e de prevenção e redução de violações de direitos, seus agravamentos ou reincidências;

III. campanhas de estímulo ao acolhimento sob forma de guarda de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar e à adoção, especificamente inter-racial, de crianças maiores ou de adolescentes, com necessidades específicas de saúde ou com deficiências e de grupos de irmãos.

Está correto o que se afirma em:

- (A) somente II;
- (B) somente III;
- (C) somente I e II;
- (D) somente II e III;
- (E) I, II e III.

38

O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.

É composto por cinco membros, que deverão cumprir o seguinte requisito:

- (A) ser nomeado através de concurso público;
- (B) ter idade superior a dezoito anos;
- (C) possuir como escolaridade mínima o nível médio;
- (D) permanecer no mandato por dois anos, permitida recondução;
- (E) residir no Município no qual se localiza o Conselho.

39

Rosalina está grávida, e durante uma das consultas de pré-natal, informou à assistente social que deseja entregar o seu filho para adoção.

Essa profissional deverá, obrigatoriamente, encaminhar Rosalina para:

- (A) o Serviço de Psicologia mais próximo da instituição;
- (B) o Ministério Público;
- (C) a Justiça da Infância e da Juventude;
- (D) o CRAS de referência do hospital onde se dará o parto;
- (E) a Vara de Família.

40

O assistente social Adalto atende a senhora Lucíola, que tem 75 anos, e informa que está desempregada há vários anos, não possui parentes vivos e nem meios para prover a sua própria manutenção.

A partir desses dados, Adalto poderá solicitar para Lucíola:

- (A) Renda Mensal Vitalícia;
- (B) Bolsa Família;
- (C) Seguro-Desemprego;
- (D) Benefício de Prestação Continuada;
- (E) Cheque Cidadão.

41

Nas entidades de atendimento ao idoso - públicas ou privadas -, proceder ao estudo social e pessoal de cada caso é:

- (A) um princípio;
- (B) uma obrigação;
- (C) uma diretriz;
- (D) um valor;
- (E) uma estratégia.

42

Na implementação da Política Nacional do Idoso, são competências dos órgãos e entidades públicos na área de promoção e assistência social:

- (A) garantir mecanismos que impeçam a discriminação do idoso quanto à sua participação no mercado de trabalho, no setor público e privado;
- (B) desenvolver programas educativos, especialmente nos meios de comunicação, a fim de informar à população sobre o processo de envelhecimento;
- (C) zelar pela aplicação das normas sobre o idoso, determinando ações para evitar abusos e lesões a seus direitos;
- (D) prestar serviços e desenvolver ações voltadas para o atendimento das necessidades básicas do idoso, mediante a participação das famílias, da sociedade e de entidades governamentais e não governamentais;
- (E) incentivar e criar programas de lazer, esporte e atividades físicas que proporcionem a melhoria da qualidade de vida do idoso e estimulem a sua participação na comunidade.

43

Lucia procura o Serviço Social de uma instituição hospitalar para relatar que há algum tempo está sendo constantemente agredida fisicamente por seu marido. Solicita orientações sobre como proceder para realizar o exame de corpo de delito e enfatiza que está com muito medo de continuar a ser agredida.

O assistente social procede às orientações pedidas e informa, também, que o Juiz poderá aplicar a seguinte medida protetiva de urgência ao agressor:

- (A) prestação de alimentos provisionais ou provisórios;
- (B) demissão, caso trabalhe no mesmo local que a vítima;
- (C) perda do poder familiar, se houver filhos menores;
- (D) pagamento de multa e prestação de serviços comunitários;
- (E) prisão domiciliar sem direito à fiança.

44

Segundo a Lei Maria da Penha, a política pública que visa à assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar possui como diretrizes:

I. a promoção de estudos e pesquisas, estatísticas e outras informações relevantes, com a perspectiva de gênero e de raça ou etnia, concernentes às causas, às consequências e à frequência da violência doméstica e familiar contra a mulher, para a sistematização de dados, a serem unificados nacionalmente, e a avaliação periódica dos resultados das medidas adotadas;

II. a promoção de programas educacionais que disseminem valores éticos de irrestrito respeito à dignidade da pessoa humana com a perspectiva de gênero e de raça ou etnia;

III. a promoção e a realização de campanhas educativas de prevenção da violência doméstica e familiar contra a mulher, voltadas ao público escolar e à sociedade em geral, e a difusão da Lei Maria da Penha e dos instrumentos de proteção aos direitos humanos das mulheres.

Está correto o que se afirma em:

- (A) somente II;
- (B) somente III;
- (C) somente I e II;
- (D) somente II e III;
- (E) I, II e III.

45

No atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar, a autoridade policial deverá, entre outras providências:

- (A) conter e prender o agressor, levando-o para a Delegacia;
- (B) solicitar a presença do Conselho Tutelar, caso haja crianças menores;
- (C) fornecer transporte para a ofendida e seus dependentes para abrigo ou local seguro, quando houver risco de vida;
- (D) proceder à inquirição de vizinhos e testemunhas, a fim de apurar o que realmente ocorreu;
- (E) conduzir a ofendida ao Instituto Médico Legal.

46

A partir do pressuposto de que a ética profissional remete “à reflexão sobre a moralidade profissional” (Cardoso, 2013), é correto afirmar que essa reflexão resulta em:

- (A) valores e princípios que direcionam o agir profissional;
- (B) direitos dos assistentes sociais no seu fazer cotidiano;
- (C) diretrizes e normas para a atuação do profissional;
- (D) salvaguarda contra os abusos institucionais;
- (E) deveres e ações cuja direção é a defesa dos usuários.

47

A ética profissional, expressa e materializada no atual Código de Ética do Assistente Social (1993), afirma a defesa:

- (A) das políticas sociais, da universalidade, dos direitos sociais e do socialismo;
- (B) da ordem social, da emancipação política, da justiça social e da liberdade;
- (C) do humanismo, da transformação social, dos trabalhadores e dos serviços públicos;
- (D) da liberdade, da autonomia, dos direitos humanos e da emancipação humana;
- (E) do progresso social, da democracia, da pluralidade teórica e de uma nova ordem societária.

48

Rodrigo procura o Serviço Social de um hospital solicitando permissão para visitar sua irmã fora do horário institucional. Explica que em seu emprego não conseguiu autorização para sair no dia/horário instituídos pelo hospital para visitas, e não gostaria de ver sua irmã somente no final de semana, quando estará de folga. A assistente social Joana, após conversar com a equipe da enfermagem em que a irmã de Rodrigo está internada, fornece autorização para visita fora do horário. No dia aprazado, Rodrigo comparece ao hospital, mas é impedido de entrar, e recorre ao Serviço Social. Lá, ele é atendido por Sheila, e informado de que foi ela própria que suspendeu a autorização para visita fora do horário, pois esta, a seu ver, não se justificava, alegando que Joana é muito permissiva com os usuários. Orienta Rodrigo a retornar no final de semana, que é o horário permitido pela instituição.

A conduta de Sheila está:

- (A) correta, uma vez que não compete ao Serviço Social intervir nesse tipo de demanda para a equipe da enfermagem, prejudicando a rotina hospitalar;
- (B) errada, pois é vedado ao assistente social interferir na prestação de serviços que estejam sendo efetuados por outro profissional, salvo a pedido deste;
- (C) errada, pois o trabalho em equipe multiprofissional faculta ao assistente social interceder a qualquer momento a favor da população usuária;
- (D) correta, porque não há como atender a todas as solicitações, sob pena de perturbar a organização hospitalar;
- (E) errada, pois o assistente social deve sempre intervir a favor das demandas de seus usuários, mesmo que contrariamente às normas institucionais.

49

Nos termos da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), as entidades e organizações de assistência social sem fins lucrativos são aquelas que, isolada ou cumulativamente, prestam atendimento e assessoramento aos beneficiários da assistência social, bem como as que atuam na defesa e garantia de direitos. As organizações que prestam serviços e executam programas e projetos voltados prioritariamente para a defesa e efetivação dos direitos socioassistenciais, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais, dirigidos ao público da política de assistência social, são consideradas entidades de:

- (A) atendimento e encaminhamento;
- (B) consultoria;
- (C) assessoria;
- (D) financiamento;
- (E) defesa e garantia de direitos.

50

Um dos instrumentos das proteções da assistência social que identifica e previne as situações de risco e vulnerabilidade social e seus agravos no território é:

- (A) a política de proteção social;
- (B) o SUAS;
- (C) a vigilância socioassistencial;
- (D) o CRAS;
- (E) o abrigo.

51

O serviço que integra a proteção social especial e consiste no apoio, orientação e acompanhamento a famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos, articulando os serviços socioassistenciais com as diversas políticas públicas e com órgãos do sistema de garantia de direitos é o:

- (A) PAEFI;
- (B) SUAS;
- (C) PETI;
- (D) PAIF;
- (E) CADÚNICO.

52

De acordo com a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), um dos *princípios* que regem a assistência social é a:

- (A) igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo equivalência às populações urbanas e rurais;
- (B) garantia de mínimos sociais e o provimento de condições para atender contingências sociais;
- (C) participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis;
- (D) habilitação e a reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
- (E) prestação de serviços e a concessão de benefícios de prestação social básica ou especial, dirigidos às famílias e indivíduos em situações de vulnerabilidade ou risco social.

53

A família brasileira vem passando por mudanças ao longo dos últimos trinta anos. Para tanto, concorrem as transformações societárias que implicaram reordenamentos no mundo do trabalho, na política e na economia.

Família, para efeito das políticas sociais brasileiras, notadamente aquelas que visam à assistência social, configura-se como:

- (A) a nucleação de pai, mãe e filhos, podendo agregar outros membros que com eles convivam;
- (B) um conjunto de pessoas que se acham unidas por laços consanguíneos, afetivos e/ou de solidariedade;
- (C) a convivência de pessoas que, mesmo sem laços consanguíneos, compartilhem o mesmo espaço habitacional;
- (D) um conjunto de pessoas que se acham unidas por laços consanguíneos e habitam o mesmo domicílio;
- (E) um conjunto de pessoas unidas ou não por laços consanguíneos que compartilham vivências e despesas.

54

Uma das mudanças encontradas no contexto familiar atualmente diz respeito à pessoa de referência na família, que hoje, majoritariamente:

- (A) é a rede socioassistencial;
- (B) são os avós aposentados;
- (C) é o homem;
- (D) é a mulher;
- (E) são as redes comunitárias.

55

De acordo com o Estatuto da Pessoa com Deficiência, apropriar-se de ou desviar bens, proventos, pensão, benefícios, remuneração ou qualquer outro rendimento de pessoa com deficiência é considerado crime, cuja pena é:

- (A) reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa;
- (B) multa, dobrando-se o valor do bem ou rendimento apropriado;
- (C) prestação de serviços comunitários por prazo não inferior a 1 (um) ano;
- (D) reclusão de 1 (um) a 5 (cinco) anos;
- (E) recolhimento ou busca e apreensão dos bens ou valores apropriados.

56

Janine é uma jovem estudante universitária. Ela caiu e quebrou o fêmur, sendo obrigada a usar gesso na perna inteira. Ela gostaria de continuar frequentando as aulas, mas a sala em que estuda fica no segundo andar de um prédio que não possui rampa ou elevador.

Nesse caso, em conformidade com o Estatuto da Pessoa com Deficiência, a universidade deve:

- (A) esclarecer à aluna que uma perna quebrada não caracteriza deficiência ou mobilidade reduzida;
- (B) fornecer muletas ou equipamento similar, de modo que a aluna possa se locomover;
- (C) designar um funcionário para ajudar a aluna a subir e descer as escadas;
- (D) enviar o conteúdo das aulas e exercícios para o domicílio da aluna, para que ela possa acompanhar o curso;
- (E) providenciar uma sala de aula no térreo até que a condição de acessibilidade da aluna seja resolvida.

57

Os Programas de Atendimento de que trata o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), devem ser compostos por uma equipe técnica que conte, minimamente, com profissionais das áreas de:

- (A) recursos humanos, assistência social e pedagogia;
- (B) direito, psicologia e assistência social;
- (C) assistência social, sociologia e enfermagem;
- (D) educação, assistência social e saúde;
- (E) administração, gestão e justiça.

58

A execução das medidas socioeducativas rege-se pelos seguintes princípios:

- I. reeducação, tendo em vista o retorno do adolescente para a vida em sociedade;
- II. individualização, considerando-se a idade, capacidades e circunstâncias pessoais do adolescente;
- III. legalidade, não podendo o adolescente receber tratamento mais gravoso do que o conferido ao adulto.

Está correto o que se afirma em:

- (A) somente II;
- (B) somente III;
- (C) somente I e II;
- (D) somente II e III;
- (E) I, II e III.

59

O adolescente Paulo está iniciando o cumprimento de medidas socioeducativas. Para tanto, deverá ser estabelecido um Plano Individual de Atendimento (PIA), instrumento de previsão, registro e gestão das atividades a serem desenvolvidas com o adolescente.

Constará(ão) do plano individual, no mínimo:

- (A) os objetivos declarados pelo adolescente;
- (B) a reparação do ato infracional cometido;
- (C) o acompanhamento psicológico;
- (D) as atividades determinadas pelo Ministério Público;
- (E) as demandas dos pais ou responsável legal.

60

Competem ao Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) as seguintes funções, dentre outras:

- (A) financiamento e gestão;
- (B) recolhimento e abrigo;
- (C) avaliação e normativa;
- (D) controle e supervisão;
- (E) reabilitação e ressocialização.

Texto 2

Atualmente, a intervenção no campo das políticas sociais se configura como o maior espaço de atuação para os assistentes sociais. No Brasil, com a crise do capitalismo, notadamente nos últimos trinta anos, o Estado Social se retrai, o que incide liminarmente sobre as políticas sociais.

61

De acordo com o texto 2, as políticas sociais brasileiras passam a ser orientadas por um padrão:

- (A) equitativo e qualificado;
- (B) inclusivo e abrangente;
- (C) pragmático e socialmente referenciado;
- (D) coletivo e público;
- (E) pontual e focalizado.

62

Conforme o cenário do texto 2, as exigências institucionais em relação ao trabalho dos assistentes sociais passam a ser:

- (A) suprimir critérios de elegibilidade;
- (B) democratização do acesso dos usuários às políticas sociais;
- (C) ampliar condicionalidades e contrapartidas;
- (D) universalização dos direitos sociais;
- (E) garantir a efetivação e a ampliação das políticas sociais.

63

De acordo com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004), a Constituição Federal de 1988 traz uma nova concepção para a Assistência Social brasileira.

Como política social pública, a assistência social inicia seu trânsito para o campo:

- (A) dos direitos, da universalização dos acessos e da responsabilidade estatal;
- (B) da focalização dos programas e das Parcerias Público-Privadas;
- (C) dos critérios de elegibilidade inclusivos para as minorias socialmente desprivilegiadas;
- (D) dos projetos cuja seletividade dos usuários é a principal característica;
- (E) da meritocracia como critério principal de acesso para os benefícios.

64

A proteção social, conforme inscrito na Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004), deve garantir as seguintes seguranças:

- (A) nutrição, saúde e educação para crianças e adolescentes pobres;
- (B) preparação e treinamento para a empregabilidade em territórios de risco;
- (C) sobrevivência (de rendimento e de autonomia); de acolhida; e convívio ou vivência familiar;
- (D) políticas e programas para populações social e economicamente vulnerabilizadas;
- (E) habitação, por meio de condomínios planejados, mediante comprovação de carência financeira.

65

Jessica, 14 anos, foi surpreendida colando numa prova e retirada de sala. Com raiva, ela ameaçou a professora Lourdes e danificou o Datashow da escola.

De acordo com os princípios da Lei que institui o Sinase:

- (A) Jessica, seus pais, a professora e os membros da comunidade escolar podem participar de práticas restaurativas na busca de uma solução pactuada para a reparação dos danos decorrentes do delito;
- (B) na qualidade de vítima, a professora Lourdes poderá indicar a medida retributiva mais adequada, excetuando-se as medidas privativas de liberdade, de competência exclusiva do Juiz;
- (C) Jessica e a professora Lourdes deverão participar de atividades para autocomposição do conflito como condição para a progressão da medida socioeducativa aplicada a Jessica;
- (D) o juiz deverá aplicar à adolescente Jessica uma medida punitiva mais rigorosa como instrumento educativo para prevenir a ocorrência de novas práticas infracionais;
- (E) a ocorrência de danos de ordem material impõe aplicação de multa aos pais ou responsáveis e exclui a alternativa do uso de métodos restaurativos.

66

A história de um menino com paralisia cerebral que foi deixado na escola enquanto sua turma foi ao cinema provocou reações de indignação e solidariedade ao ser divulgada pela mãe da criança nas redes sociais.

As leis que dispõem sobre os direitos das pessoas com deficiência preveem no tocante ao direito à educação:

- (A) o acesso da pessoa com deficiência, em igualdade de condições, a jogos e a atividades recreativas, esportivas e de lazer, no sistema escolar;
- (B) a oferta de turmas exclusivas e especializadas que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes com deficiência;
- (C) um projeto pedagógico que garanta o seu pleno acesso ao currículo diferenciado, promovendo a conquista e o exercício da autonomia;
- (D) a oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena dos profissionais de apoio escolar;
- (E) a oferta de serviços de reabilitação para qualquer tipo de deficiência, inclusive para a manutenção da melhor condição de saúde e qualidade de vida.

67

Em consonância com a Lei nº 12.594/2012, o Sinase é definido como:

- (A) o conjunto ordenado de princípios e regras que se articulam à execução de medidas protetivas, incluindo-se os sistemas municipais e estaduais, assim como todas as políticas e programas específicos de atendimento a crianças e adolescentes em conflito com a lei;
- (B) o conjunto hierarquizado de princípios, regras e critérios que estão articulados à execução de medidas protetivas em níveis municipais, estaduais e distrital, além dos planos e programas específicos de atendimento às crianças que cometam atos infracionais;
- (C) o ordenamento hierarquizado de instituições responsáveis pela execução das medidas socioeducativas, nos níveis estaduais, distrital e federal, bem como pelo planejamento de programas de atendimento a crianças e adolescentes em conflito com a lei;
- (D) o conjunto ordenado de princípios, regras e critérios que envolvem a execução de medidas socioeducativas, incluindo-se os sistemas estaduais, distrital e municipais, bem como todos os planos, políticas e programas específicos de atendimento a adolescentes em conflito com a lei;
- (E) o conjunto ordenado de instituições que atuam articuladamente na execução de medidas protetivas e socioeducativas, nos níveis distrital, estadual e federal, assim como no planejamento de políticas de atendimento a adolescentes em conflito com a lei.

68

Considerando a execução das medidas socioeducativas, analise os princípios abaixo elencados.

- I. legalidade, não podendo o adolescente receber tratamento mais gravoso do que o conferido ao adulto;
- II. excepcionalidade da intervenção judicial e da imposição de medidas, favorecendo-se meios de autocomposição de conflitos;
- III. prioridade a práticas ou medidas que sejam restaurativas e, sempre que possível, atendam às necessidades das vítimas.

Os princípios elencados que regem a execução das medidas socioeducativas são:

- (A) somente I;
- (B) somente I e II;
- (C) somente I e III;
- (D) somente II e III;
- (E) I, II e III.

69

Giovana, 2 anos, foi adotada judicialmente pelo casal José e Maria. Poucos dias após o trânsito em julgado da sentença de adoção, os pais adotivos faleceram em um acidente. Diante do acontecimento, os pais biológicos da criança alegam que houve restabelecimento do poder familiar em face da menina.

De acordo com as disposições elencadas na Lei nº 8.069/90 (ECA), a alegação dos pais biológicos está:

- (A) correta, desde que não existam parentes adotivos que queiram permanecer com a criança;
- (B) errada, pois a morte dos adotantes não restabelece o poder familiar dos pais naturais;
- (C) correta, desde que a destituição de poder familiar não tenha ocorrido por imputação de maus-tratos à infante;
- (D) errada, mas se pode considerar automaticamente restabelecido o vínculo jurídico entre a criança e os avós biológicos;
- (E) correta, desde que seja considerado que a criança usufruirá de cuidados adequados com os pais biológicos.

70

Analise as afirmativas a seguir, segundo as enunciações da Lei nº 8.069/90 (ECA), com relação à adoção:

- I. Podem adotar os maiores de 18 (dezoito) anos, independentemente do estado civil.
- II. Podem adotar os ascendentes e os irmãos do adotando.
- III. O adotante há de ser, pelo menos, 16 (dezesesseis) anos mais velho do que o adotando.

Está correto o que se afirma em:

- (A) somente I;
- (B) somente I e II;
- (C) somente I e III;
- (D) somente II e III;
- (E) I, II e III.

Redação



Mais uma vez discute-se a aposentadoria no Brasil; a Previdência Social, segundo a maioria, é o maior de nossos problemas, que cresce a cada dia. O Governo está tentando aprovar uma proposta que muda alguns pontos da lei atual, mas parece haver uma enorme reação.

Nesse caso, o que fazer?

Redija um texto dissertativo-argumentativo, com no mínimo 20 (vinte) e no máximo 30 (trinta) linhas, em língua padrão, em que você deve apresentar uma possível solução para o impasse.

Não esqueça de apresentar argumentos pertinentes.

Realização

